



Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama
do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
Nº 01 – Ano I – Agosto/2010 – www.revistapindorama.ifba.edu.br

Da deriva continental à deriva político-administrativa: o caso do Extremo Sul da Bahia

Prof. Dr. Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto

Professor de Geografia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Baiano – IFBAIANO – Campus Valença (Bahia – Brasil)
cerqueiraneto.mg@gmail.com

RESUMO

Depois de tanto tempo de diálogos entre os geógrafos, há ainda espaço para que se possa questionar a dicotomia entre geografia física e geografia humana? A geografia é única. Não se faz vestibular para geografia física ou para geografia humana. Aceitando esta premissa, o geógrafo é capaz de promover estudos que para outras áreas seriam de extrema dificuldade, como por exemplo, fazer uma analogia entre a deriva continental e a fragmentação político-administrativa do Brasil ou de alguns estados brasileiros. Recentemente os noticiários vêm mostrando a dor humana e o prejuízo econômico decorrentes de terremotos de grande magnitude ou de erupções vulcânicas que têm a capacidade de produzir recortes e novas formas de relevo onde ocorrem. No âmbito político a década de 1990, principalmente depois da queda do muro de Berlim, representou ao mesmo tempo a fragmentação de grandes países, como a antiga União Soviética, e o nascimento de novos países. No Congresso Brasileiro desde o início do século XXI um turbilhão de propostas para redivisão do território nacional, mais precisamente em estados de grandes proporções territoriais, provoca grandes debates. O ponto de interseção entre a atuação de um vulcão ou um terremoto com as propostas políticas é que ambos provocam movimentos que fragmentam o espaço. Fragmentação esta que não tem o significado negativo, mas que pode ser visto como uma evolução do espaço seja pela força física da natureza ou pelo desejo de uma sociedade.

Palavras-chave: Natureza. Sociedade. Extremo Sul da Bahia

Introdução

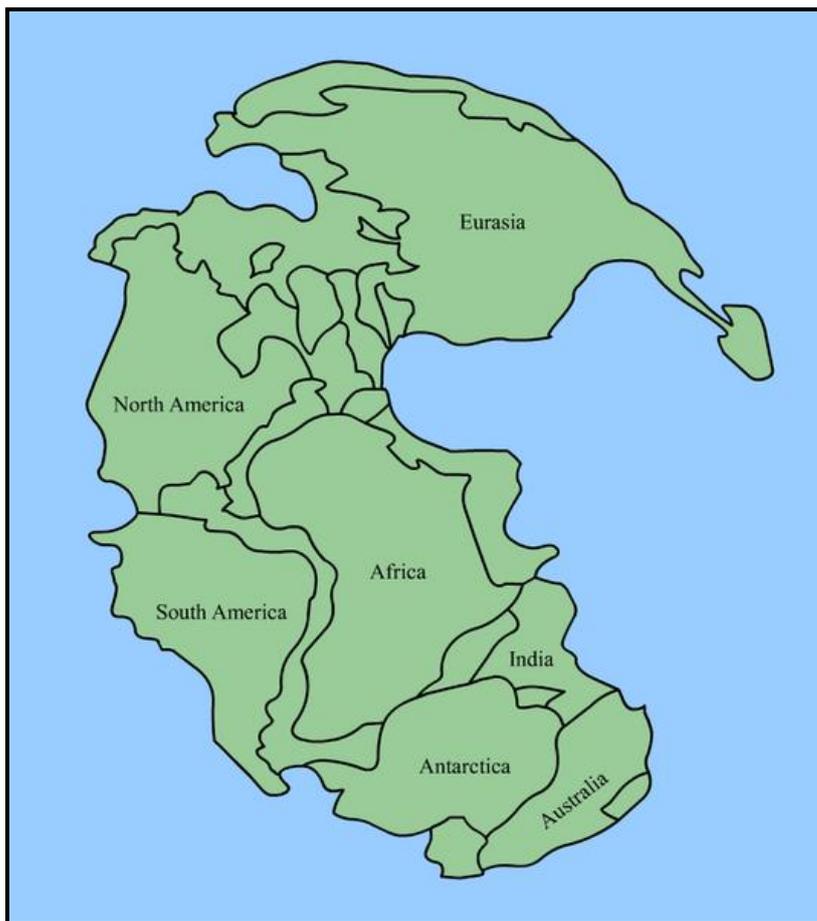
Para quem se dedica a estudar as especificidades dos lugares e das regiões, independentemente do tamanho de suas áreas, é imprescindível fazer uma passagem pela história da evolução natural do Planeta que deu origem ao seu território, pois, os contornos dos mapas atuais representados por linhas imaginárias que dividem as áreas do globo em territórios nacionais, regionais e municipais produzidos pelo homem, só puderam se tornar possíveis devido ao processo evolutivo pelo qual a Terra passou. Uma análise através de uma escala geológica, dentro de uma perspectiva dialética, fornecerá subsídios para compreender a formação dos ambientes naturais e o começo da utilização destes pelo homem.

Então, se “história humana é uma continuação da evolução natural, posta no tempo geológico, e nela insere-se” (PELOGGIA, 1998 p.240), daí, a importância de uma análise dialética numa única geografia, neste caso apresentado aqui utilizando estudos da geologia, para colaborar no entendimento das modificações que acontecem em diferentes escalas. Numa tentativa de fazer uma amarração entre eventos naturais e sócio-políticos que provocam o aparecimento de novas configurações no relevo pegou-se como exemplo a deriva continental e a dinâmica econômica pela qual a região do Extremo Sul da Bahia vive atualmente.

1. Da Pangea a Ross

Geralmente a alfabetização em geografia através de livros didáticos começa por uma abordagem cartográfica do planeta apresentando as configurações recentes dando a impressão de que não só a Terra, mas os continentes, os países, estados e municípios já nasceram com as atuais formas. Isto se torna um equívoco partindo do princípio que não se pode ensinar a história dos lugares tomando como base somente a sua história recente. Sendo a Terra, e tudo que contém nela, o elemento que é a base de toda pesquisa geográfica, a sua história também não poderá ser ignorada. Portanto, antes de se ter esta atual configuração física a Terra era um único bloco, um só continente (o Pangea, proposto por Wegener em 1912) com suas constantes e virulentas transformações naturais de ordem interna e externa. O desdobraimento deste continente, que deu origem aos atuais continentes, é o resultado da ação física desenvolvida ao longo das Eras geológicas. A falta desta abordagem nos estudos de geografia nos ciclos que antecedem o estudo universitário pode ter influência direta no comportamento da sociedade com o seu meio. Observar e estudar o *Pangea* (figura 01) e a sua dinâmica física é o começo para quem deseja compreender o mundo em que vivemos de maneira holística.

Figura 01. O continente único: Pangea.



Fonte: <http://pt.wikipedia.org/>. Consultado em maio de 2010.

É através dos estudos sobre a dinâmica natural da Terra que se pode fazer o reconhecimento de áreas com aptidão para diferentes tipos de uso e, assim, pensar em projetos para o uso racional dos territórios. Quando se negligencia esses fatos históricos, que são também pertinentes à análise geográfica, a interferência humana pode proporcionar grandes desastres ambientais, e “ao leigo cabe apenas sentir as agruras do sobe e desce que a morfologia da superfície do terreno impõe, além das desagradáveis surpresas que a natureza reserva, quando o homem a utiliza de modo inadequado” (ROSS, 1997, p.09). Catástrofes causadas por deslocamentos de grandes volumes de terras sobre residências em várias periferias das grandes cidades brasileiras não tem somente como causa o problema social, mas, envolve a falta de planejamento de uso do solo urbano que está diretamente ligada ao desprezo pelo conhecimento da geomorfologia local.

Se, se pensar que os diferentes tipos de solos, as variedades da fauna e flora, a diversidade de recursos naturais no solo e no subsolo, a variação climática, a morfologia do relevo, entre outras, representam importantes variáveis para as atividades humanas, então, é lógico se pensar que elas são fundamentais para entender a complexidade das atuais demarcações no mundo moderno. Por exemplo, a monocultura do eucalipto no Extremo Sul da Bahia só foi possível por ter encontrado condições edafoclimáticas propícias para o seu plantio, assim como, o turismo na região tem uma íntima relação com as paisagens naturais, principalmente, as litorâneas. Contudo, as condições atuais destes ambientes são resultantes de um longo processo de estabilidade geológica.

O modelado do relevo terrestre, no qual se pode ver seus recortes naturais em formas de continentes, tem início através de grandes eventos remotos originados no interior da Terra, como o vulcanismo e o tectonismo, combinado com processos externos. Para explicar a formação dos atuais continentes algumas teorias foram apresentadas, como por exemplo, a da Contração, elaborada por Beaumont, Dana e Suess, e a Teoria das Correntes de Convecção proposta por Holmes, na década de 30 que teriam suas bases teóricas nos “movimentos verticais e horizontais da litosfera originados por correntes e deslocamentos de massas que se substituem mutuamente” (LEINZ; AMARAL, 1995, p.377). Porém, são outras duas que ganham força, ainda que sob fortes questionamentos, entretanto, são as mais utilizadas para explicar este desenho dos atuais continentes: Deriva Continental e da Tectônica de Placas, ainda que apresentadas em bases diferentes possuem os mesmo efeitos (LEINZ; AMARAL, 1995) e proporciona entender como se originaram as diversas paisagens físicas e sua distribuição pelo planeta.

Os eventos geológicos internos representados pelo magma e pelo deslocamento de placas que cessaram em determinadas partes do mundo, no entanto, ativos em outras pequenas frações da Terra, podem ser comparados com a massa humana que habita os continentes. Se o planeta é constituído basicamente por um núcleo com o seu interior sólido e sua parte externa líquida, fazemos, então, uma analogia com os nossos atuais espaços e suas mutações, o rígido seria o território natural, físico, e a mobilidade sendo representada pela sociedade. O segundo componente, com suas variáveis, é o responsável pelas colocações e mudanças de traçados dos territórios em suas diferentes escalas e períodos.

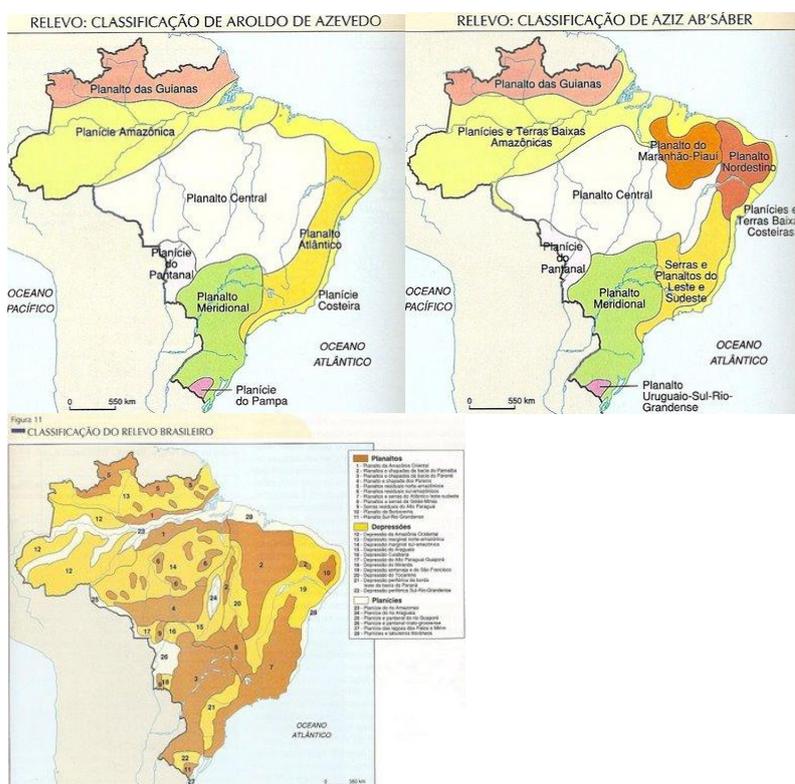
Do Período Arqueano, identificado na Era Arqueozóica, até o Quaternário, no Pleistoceno, o que há na Terra são manifestações puramente de ordem físicas da natureza que transformam a fauna e flora e dão origem a diversas configurações morfológicas. A partir do Quaternário, no Holoceno, tem-se, na escala geológica do tempo, o registro da aparição do homem e a partir daí o mundo não seria somente uma cadeia de reações físicas. E o homem evoluiu tanto que passou a ser considerado, também, um agente geológico com o seu próprio Período, o Quaternário, abordado por Peloggia (1998). A morfodinâmica dos lugares passa a ser alterada em decorrência da evolução do conhecimento e da tecnologia produzida pelo homem moderno que deixa de ser somente um componente passivo da natureza como os que viviam em grupos, da era mais remota de sua aparição, que “assistiram às variações climáticas e ecológicas desse flutuante ‘universo’ paisagístico e hidrológico dos tempos quaternários e foram profundamente influenciados por elas” (AB’SÁBER, 2003, pp.9-10), ele agora modifica os espaços através das atividades econômicas, culturais, migratórias etc.

No sentido físico, o mundo foi uno no Pangea, depois, de forma natural, foi sendo recortado em formato de placas, em seguida foi demarcado pelo homem, e hoje, procura tornar-se uno, novamente, através de uma globalização deficiente e desigual. As formações, as transformações e os recortes no mundo fazem parte da dinâmica natural e social, portanto, necessitam de receber um tratamento indivisível. Pois, se por um lado a Terra tem sua dinâmica própria, isto é, passaria por transformações independente da presença humana; por outro lado, é preciso também considerar que as atividades humanas influenciam “nas características e nos fluxos de matéria e energia, modificando o equilíbrio ‘natural’ dos ecossistemas e geossistemas” (CHRISTOFOLETTI in BECKER et al. 1995, p.337), apesar, de que Ross (1997, p.15) afirmar que há uma dificuldade de empregar “métodos

cientificamente fundamentados para aquilatar o grau admissível de intervenção do homem em um determinado ambiente”.

É fato de que quando se vive em áreas geologicamente estáveis a sociedade de uma forma geral tem-se a impressão de que não há transformações de ordem natural, haja vista, que o tempo de vida humana é ínfimo em relação ao tempo geológico de atuação dos fenômenos naturais. Por exemplo, o Brasil mesmo estando localizado numa base formada de escudos cristalinos tem o seu relevo modificado naturalmente ainda que imperceptível aos nossos olhos. Estudos sobre a classificação do relevo brasileiro é uma comprovação desta lenta, mas constante modificação; como está representada na figura 02.

Figura 02: evolução da classificação do relevo brasileiro.



Fonte: <http://conceitosetemas.blogspot.com>: consultado em maio de 2010.

Das primeiras classificações propostas por Azevedo na década de 40 (com 08 unidades) e Ab'Saber (1958), com 09 unidades, até a classificação de Ross divulgada em 1995 com 28 unidades de relevo, os atores exógenos naturais, principalmente o clima, promoveram uma fragmentação substancial no modelado terrestre. Ainda que seja um processo lento de transformação, o relevo brasileiro, nesta última classificação, dividiu mais rapidamente e com mais unidades que a divisão político-administrativa do país.

É sobre estas formas de relevo que a sociedade brasileira vai colocando seus símbolos dentro do período histórico em que se vive, e estes símbolos são reflexos da prática cultural, econômica e social. E esta dinâmica ocorre por todo o planeta numa dinâmica natural do meio físico e da sociedade. Se a Terra evolui naturalmente, por outro lado, ela só é diferente dos outros planetas por ter a humanidade fazendo parte de seu sistema de funcionamento. Numa visão poética, Ross (1997, p.10) diz que “o globo terrestre é uma imensa peça de escultura, sobre a qual os processos naturais internos e externos agem, sendo responsáveis pela

esculturação. O escultor é a própria natureza”. Cabendo ao homem o papel de conservador, restaurador e complemento dessa escultura que nunca estará sempre inacabada.

2. A implantação dos limites territoriais

Até que se chegasse nas atuais linhas limítrofes dos países, estados e municípios muitos eventos aconteceram e o maior deles, talvez tenha sido o poder de organização social e política que o homem foi construindo ao longo de sua história. Assim, tem-se, então, depois da formação natural dos territórios, o nascimento dos lugares. Para Sposito, M. (1994, p.13), o Neolítico é a semente que vai dar origem às cidades pelo motivo que o homem neste período já começa a desenvolver a agricultura e a domesticação de animais, entretanto, a autora diz que “faltava a concretização da segunda condição, que é uma organização social mais complexa”. Esta complexidade vai estar ligada ao aumento da produção, pois, com aumento da produtividade houve uma divisão dentro de uma estrutura social que era relativamente simples e passa, então, a ter estratificações que vão dar um panorama heterogêneo à sociedade e a configuração espacial. E de acordo com Santos (1996, p.65) “se levarmos em conta a sucessão histórica dos modos de produção, nela reconheceremos as diversas gradações do artifício, com o império do cultural se tornando cada vez mais marcante e significativo”. E dessa forma os muros vão sendo erguidos delimitando cidades e reinos, onde cada vez mais o território passa a ser artificializado oferecendo um aumento de conforto principalmente para aqueles que detêm o poder.

Na civilização Maia, Dorst (1981, p.54) descreve as cidades da seguinte forma: “as cidades, a um tempo centros políticos, administrativos, comerciais e religiosos, nunca formaram um império, mas antes uma reunião de teocracias de fronteiras imprecisas e por isso mesmo disputadas”. Isto demonstra que a falta de uma delimitação territorial era motivo para constantes conflitos com outros povos. Sobre Roma, como cidade imperial, Castells (1983, p.43) explica que ela possuía “características já enunciadas com as funções comerciais e de gestão, que decorrem da concentração, num mesmo aglomerado, de um poder exercido, pela conquista, sobre um vasto território”. Assim, a cidade é o primeiro passo para divisões mais complexas em todo o mundo e a partir daí se origina as configurações de Estados e países.

Todo este processo de formação e transformação sócio-espacial deve ser entendido como o processo de relação que se estabeleceu ao longo dos anos entre o homem e a natureza. A ocupação dos espaços no mundo tem uma íntima ligação com as características naturais, e isto acontece desde os tempos remotos. E, ainda que não se admita um determinismo natural, os elementos da natureza têm influência diretamente na opção do homem pelos lugares. Por exemplo, no Brasil a colonização se deu no litoral o que facilitava as transações comerciais. Del Grossi (1991) admite que os aspectos físicos são de extrema importância para se compreender o povoamento de um espaço. Ainda no que concerne a interferência da natureza, George (1974, p.10) cita o caso dos territórios polares ou desérticos, afirmando que eles “não figuram entre os lugares onde as gerações se renovam”, pois, neles a população está representada por habitantes que vivem sobre as condições que o meio a impõe, estando limitada no que se refere ao aprimoramento

técnico-científico, dificultando a promoção de grandes transformações no ambiente para que possam ampliar suas relações com outras populações.

3. A deriva do Extremo Sul da Bahia

A história econômica da região mostra que esta parte da Bahia sempre foi utilizada como produtora de suprimentos, no início da colonização com o fornecimento de madeira para Portugal e depois outros produtos como o açúcar para outras regiões do estado bem como para Salvador. De acordo com Machado, G. (2000, p.29)

a região permaneceu atrelada marginalmente ao capitalismo, em consolidação, enquanto supridora de madeira, alimentos (mandioca, arroz, milho e feijão) para o Recôncavo e outras regiões e açúcar (...) durante o regime das capitanias hereditárias, e de entreposto comercial. Esse foi o papel da região durante o sistema colonial até o início do século atual.

Portanto, se o Brasil, no período colonial, representou para Portugal uma área valiosa em oferta de produtos primários, pode-se dizer que o Estado baiano dispensou tratamento semelhante ao seu Extremo Sul, inclusive quando tentou fazer da região uma área produtora de cacau para atender aos seus interesses econômicos desprezando as peculiaridades sociais e ambientais desta região.

A Bahia é o quinto maior estado em área de 564.692,669 km², e por isso, pode-se pensar que seria inevitável que algumas regiões recebessem uma maior atenção num determinado período político e econômico. Entretanto, a deficiência nos planos de integração tende a fragilizar determinadas áreas, que, por conseguinte se tornam mais suscetíveis a atuação dos elementos exógenos. Isto acontece a partir do momento em que os governos, sejam eles, na esfera municipal, estadual ou federal, perdem parte de sua capacidade de administração sobre seus territórios, permitindo o arrendamento destes através de várias concessões em troca de benefícios individuais dos políticos. Baquero (2003, p.01) analisa a questão do Estado na interferência do desenvolvimento da seguinte forma:

a história tem mostrado, repetidamente, que quando as pessoas não depositam fé nas suas instituições e nos seus governantes a democracia mantém-se em um estado permanentemente de instabilidade em que predomina a falta de credibilidade e de legitimidade dos governos.

No caso do Extremo Sul, este panorama facilitou que o Sudeste brasileiro, principalmente através do Espírito Santo e Minas Gerais, enxergasse nesta parte do território baiano um lugar fértil para expandir suas atividades.

O preterimento do Extremo Sul da Bahia em relação a outras regiões do estado, no que tange a implantação de uma rede eficaz que propiciasse a sua integração, desde o apogeu do cacau, com isolamento parcial por falta de estradas, fez com que a região buscase o seu caminho para uma sobrevivência econômica. Dessa forma ela passou a significar apenas um imenso hiato desvalorizado entre o Sudeste e o Nordeste; ou, ao contrário, um grande eldorado para as grandes

organizações que passam a ser a única esperança de entrada da região no cenário econômico nacional e internacional através da construção de suas redes.

Quando os discursos e propostas sobre a criação de novos estados começam a ocupar pautas nos diferentes meios da sociedade é necessário se ter uma atenção e procurar saber o porquê do aparecimento deste tipo de posicionamentos. E, afirmar que estes posicionamentos sejam têm origens somente nas ambições de políticos é ignorar a dinâmica social e econômica pelo espaço. E, se por um lado essa não seja a preocupação de muitos administradores públicos, todavia, com certeza, pertence aos estudos do geógrafo. A proposta de criação de novas unidades federais pode ser comparada como se fosse a Deriva dos Continentes, porém, ao invés de ser provocada por forças físicas da natureza, os novos estados nascem por desgastes nas relações dos modelos de administração dos governos federal e estaduais provocando o aprofundamento das fissuras sócio-econômicas que podem ser concretizadas no aparecimento de novos mapas. No caso do Extremo Sul da Bahia pode-se falar em deriva no sentido de que o Estado foi omisso no seu desenvolvimento a partir do momento em que a região foi tratada como periferia deixando-a a margem dos projetos de inserção estadual.

O território do Extremo Sul da Bahia é o resultado de todo um processo de organização e evolução do uso e ocupação do solo bem como da administração pública. Diversas transformações territoriais aconteceram para que a Bahia tivesse sua delimitação enquanto um estado, para depois passar a se organizar internamente demarcando suas macro-regiões, suas regiões econômicas até que se chegasse aos 26 territórios de identidade, sua mais recente divisão.

Dentro desse processo de organização do território baiano, o Extremo Sul da Bahia é uma das quinze regiões econômicas do estado, que pertence a macro-região Sul, e no mapeamento dos territórios de identidade continuou com a mesma dimensão de área, enquanto que algumas regiões tiveram seus mapas modificados para atender uma proposta de agrupamento de lugares em função da variável cultural. No entanto, culturalmente o Extremo Sul, enquanto um território de identidade, não apresenta uma cultura que a identifique na sua amplitude, isso levando em consideração hábitos, manifestações populares, culinária, por exemplo.

O que há são resquícios de culturas antigas presentes em comunidades descendentes de escravos ou em pequenas aldeias indígenas, que merecem um mapeamento antropológico mais aprofundado. Quanto à relação com cultura baiana, não foi possível encontrar nenhum elo que pudesse identificar a região com os elementos que são considerados como símbolos culturais do estado, freqüentemente relacionados às manifestações que acontecem na cidade de Salvador.

A intensidade dos deslocamentos que acontece nos nossos dias favorece a uma maior integração ou intercâmbio entre os diferentes povos fazendo com que os lugares abertos, livres de grandes barreiras burocráticas sejam potenciais receptores de culturas, levando em conta que cada pessoa seja um produtor cultural como sugere Featherstone (1995, p.18):

em certo sentido todos somos produtores culturais, uma vez que nos entregamos a práticas que não só reproduzem os repertórios culturais de que somos providos e de que necessitamos, enquanto percorremos a vida social, como também, até certo ponto, somos capazes de modificar e moldar tais práticas, enquanto elas se

estendem através da cadeia ininterrupta de gerações que constituem a vida humana.

Assim, sob o prisma proposto por Featherstone, pode-se dizer que o Extremo Sul da Bahia se tornou um caldeirão onde a mistura de culturas é a sua tônica. Uma mistura que se processa desde as primeiras atividades econômicas desenvolvidas na região, demonstrando que “a concentração da população acompanha a dos meios de produção” (LEFEBVRE, 1999, p.17). Esta indefinição cultural fez da região uma zona de transição cultural, tal qual é a sua classificação dentro do mapa dos Domínios Morfoclimáticos do Brasil encontrado em Ab’Saber (1970; 2003). Isto não implica em classificá-la como uma região menos rica que as outras onde há uma cultura definida, afinal as culturas só são diferentes.

Dentre os vetores que fizeram com que o Extremo Sul tivesse a sua individualidade o cacau foi com certeza o ponto inicial, pois a não vocação da região para tornar a cacauicultura como símbolo da região fez com que houvesse uma cisão na grande região Sul do estado fazendo com que o Extremo Sul se tornasse autônomo e que passasse a experimentar outras atividades econômicas. O Extremo Sul que foi “planejado” para ser uma extensão das plantações de cacau para fornecer ao centro comercial Itabuna-Ilhéus não conseguiu se adaptar para esta função, sendo que um dos motivos para este fracasso pode ser remetido ao fato de que a região ou seus colonizadores não teriam vocação para o cultivo do cacau. Desta maneira, o que aconteceu é que com uma proximidade de relação muito mais com os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, a região passa a ser configurada economicamente por investidores do Sudeste.

Diante deste cenário é correto afirmar que o Extremo Sul nunca foi, efetivamente, uma área de projeto de desenvolvimento da Bahia, mas um prolongamento das atividades do Sudeste. Algumas situações podem corroborar com esta afirmação. Por exemplo, a relação centro-periferia nos moldes antigos entre Salvador e a região, os investimentos por parte de mineiros e capixabas, o sucateamento e a ineficiência de alguns órgãos públicos e deficiência nos meios de comunicação e vias de tráfego.

- Enquanto o governo central da Bahia dispensava um tratamento de periferia ao Extremo Sul, a região se tornava um eldorado para empreendedores de todos os setores da economia e de diferentes portes. Pessoas com capital para abrirem uma simples oficina mecânica até a construção de condomínios luxuosos. De certo que todas as regiões dos estados brasileiros estão abertas àqueles que tentam opções para realizar investimentos, no entanto, não houve para o Extremo Sul da Bahia uma política estadual que possibilitasse esta atitude ao morador local.

- A história da região mostrou que são os madeireiros capixabas e pecuaristas mineiros foram os principais atores quem modificaram e construíram a paisagem do Extremo Sul, tanto no meio rural quanto no urbano. Nos dias atuais o Sudeste continua a ser o principal investidor na região, através das grandes empresas do eucalipto, fábricas de sapato e de material esportivo, instituições de ensino superior e escolas de ensino médio e fundamental.

- Existe uma precariedade em recursos humanos e materiais em todos os setores do Estado, e isto, prejudica o atendimento da segurança, dos técnicos de órgãos que dão assistência ao produtor rural, ensino de qualidade duvidosa, sistema de saúde congestionado, para citar alguns exemplos. Em muitos municípios do Extremo Sul a presença do Estado Baiano está apenas representada por uma escola, um posto de

saúde, uma delegacia de polícia, geralmente com estruturas avariadas. A simples presença dos fixos construídos pelo Estado não consegue refletir uma qualidade de atendimento à sociedade.

- As redes de comunicação e de deslocamento de pessoas e mercadorias foram construídas a partir da região cacaujeira em direção ao Norte, o que causou um isolamento do Extremo Sul em relação à capital do estado. Por outro lado, através da BR 101, obra do governo Federal, passou a ser utilizada como porta de entrada para os empreendedores do Sudeste.

Pode-se argumentar que para os grandes empreendedores, independente do seguimento econômico, não existem barreiras geográficas ou limites nos mapas. Assim os investimentos não teriam que partir exclusivamente de uma ação interna. Mas, pode se discutir a omissão do governo em ter uma função mais efetiva no desenvolvimento regional. É muito simplório realizar viagens para o exterior “vendendo” o estado como argumento de que está abrindo fronteira. Ademais, existem hoje prospecções feitas por meio da internet, onde grandes empresas não necessitam de visitas de chefes-de-estado para organizar seus empreendimentos. Este tipo de comportamento do administrador público, que assume o papel de corretor do estado, parece causar um conformismo sobre sua atividade perante o território que administra. E, constantemente há a preferência por uma determinada região quanto ao repasse de verbas para investir no desenvolvimento, causando perturbações entre as localidades e as regiões dificultando a integração do estado.

Apesar de ser uma das áreas mais antigas no que tange ao povoamento do Brasil, o Extremo Sul não conseguiu ter uma cultura que a caracterizasse, o que pode ter contribuído para que a região fosse aberta e receptiva a pessoas de outras regiões do país e de outras nacionalidades. E, talvez essa seja a tendência regional para que haja menos barreiras étnicas, culturais e econômicas. Uma região “pura” culturalmente pode ser um entrave a integração quando praticada de maneira radical.

Sem dúvida que a atividade que mais desperta interesse ou chama a atenção no território do Extremo Sul da Bahia é a que tem no eucalipto sua matéria-prima. O eucalipto transformou o campo e o urbano nas localidades que estão no entorno de suas plantações ou fábricas. Despertou alegrias e contestações nos diferentes meios da sociedade. O eucalipto é um ciclo econômico no extremo sul da Bahia, e apresenta suas contradições como qualquer outro ciclo que se instala numa região. A eucaliptização do Extremo Sul é decorrente de vários processos históricos de ocupação do território.

Entre os problemas mais evidenciados pela chegada do eucalipto na região, recebem uma atenção especial o aumento da prostituição, crescimento da criminalidade, desterritorialização de parte da sociedade rural, aumento dos imóveis e perturbação no meio ecológico. A maior parte destas conseqüências pode ser constatada nos trabalhos de campo e por pesquisas e artigos escritos sobre o extremo sul da Bahia. Entretanto, é importante fazer algumas considerações sobre esta atividade econômica não no sentido de elaborar alguma defesa sobre seus malefícios nesta parte do Brasil. Interessante lembrar que o eucalipto chega numa região desprezada e debilitada politicamente e desgastada ambientalmente pela exploração da Mata Atlântica. Logo, no extremo sul da Bahia o eucalipto encontra uma terra fértil para sua expansão. Uma expansão que foi proporcionada por vários fatores, tais como, o financiamento da atividade pelo Governo Federal através de

liberação de verbas do BNDES; as dificuldades de obtenção de crédito por parte do pequeno agricultor, e sem condições de melhorar sua produção a tendência é desfazer da terra, se tornar empregado, inclusive das empresas do eucalipto, inchaço das cidades, diminuição da produção rural.

Não se pode pensar que o eucalipto chega ao Extremo Sul logo após as primeiras derrubadas de matas efetuadas no começo do século XVI. Até a chegada desta atividade houve outras atividades econômicas tão danosas ao meio ambiente quanto ao ser humano que exploraram esta região, no entanto, também responsáveis pela urbanização regional. Não se sabe ao certo o quanto irá durar o ciclo do eucalipto no Extremo Sul da Bahia, porém, é preciso haver a construção de novas posturas que visem uma maior integração entre as empresas e os municípios. Contudo, em entrevista com lideranças políticas de várias localidades, percebeu-se que é muito mais fácil o acesso ao presidente de uma grande empresa por parte dos políticos locais do que marcar uma audiência com o governador do Estado. Com isso, conseguem a reforma de uma escola, a construção de uma creche, a aquisição de ambulâncias, por exemplo. Isto tende a distanciar, cada vez, mais a região do poder central baiano e pode criar uma relação, entre empresa e municípios, onde o bem-estar da sociedade não seja o objetivo final.

Sobre as atividades econômicas que se destacam pelo território causando modificações sociais e ambientais há equívocos tanto no que se refere às atitudes advindas do setor público, da sociedade, dos empresários e por aqueles que fazem uma análise pautada somente em posturas radicais, na maioria das vezes política e ambiental, oferecendo pouca contribuição para a solução dos problemas. Daí, a importância da adoção de uma postura dialética.

A outra atividade que caracteriza a economia do Extremo Sul baiano é o turismo. Uma atividade que recebe poucas críticas, talvez porque é vista sob uma óptica que não transmite a realidade dos seus efeitos sobre moradores e meio ecológico, mas que pode provocar tantos danos quanto uma das grandes empresas que transformam o eucalipto ou de outro segmento. O turismo também provoca o aumento dos preços dos imóveis, favorece a prostituição, degrada áreas consideradas como de proteção ambiental, principalmente através de construções irregulares realizadas por todas as classes sociais.

Da mesma forma que as empresas do eucalipto, o turismo também não é realizado respeitando as características locais, ele acontece de maneira desordenada ou organizada pelos grandes grupos econômicos que monopolizaram, principalmente, o município de Porto Seguro. No entanto, como o turismo representa um estado de festa, percebe-se que um olhar crítico sobre esta atividade é mais disfarçado e suportável que as críticas direcionadas a cultura do eucalipto. Porém, as pessoas que vivem e desfrutam do turismo estão pouco dispostas à discutir os problemas que o turismo causa nos municípios, entre eles, a favelização e os diversos tipos de preconceitos que aparecem principalmente no principal pólo turístico da região. O turismo da forma que está sendo conduzido não privilegia a interação, mas ao localismo, tendo em vista que a distribuição de verbas oficiais ainda está concentrada em Porto Seguro e seus distritos.

A mais nova atividade que está ocupando grandes extensões de terras no Extremo Sul da Bahia é a cana-de-açúcar. A lavoura canavieira esta ocupando e destruindo áreas de matas nativas. Pode-se dizer que brevemente fará frente a quantidade de área ocupada pelo eucalipto. Todavia, esta atividade está “protegida”

pelo discurso do combustível ecologicamente correto, e que tende a contribuir com as exportações do Brasil, ainda que isso possa custar a diminuição da produção de alimentos no campo.

Tanto o eucalipto quanto o turismo e a cana-de-açúcar são atividades que necessitam do espaço para existirem e de acordo com os planos de quem as dirige vão modificando, criando e recriando lugares. Nesta dinâmica espacial promovida por elas surgem naturalmente as contradições sobre as repercussões ambientais, sociais e econômicas no território do extremo sul da Bahia. É inegável que todas elas são os principais vetores propulsores do desenvolvimento da região. Como também não se pode negar que a falta de planejamento e a setorização criam condições para que sejam sempre questionadas perante a sociedade e que sejam um campo fértil para a realização de pesquisas acadêmicas.

Conclusão

Mas o que é o Extremo Sul da Bahia neste começo de século XXI? O Extremo Sul geograficamente é uma região da Bahia que cresce desordenadamente ou na ordem do possível, como afirmava Santos (1996). Esta região da Bahia é uma passou a ser um dos pontos de atração populacional do Brasil, e que foi conquistando sua autonomia a custas de muitas modificações políticas e econômicas, recebendo investimentos, em grande parte, advindos da iniciativa privada.

No que tange a cultura, não se pode dizer que há um elemento, dentre tantos que os estudos culturais podem apresentar, que identifique a região. Existe uma cultura, percebida através da corporeidade e de alguns costumes de indígenas ou negros, que ainda é conservada em pequenos municípios e distritos que se encontram fechados ou fora dos pólos de desenvolvimento da região, mas que aos poucos vai sendo enterrada com a morte dos moradores mais antigos ou tentam sobreviver, as vezes de modo caricato, para atender ao turismo. Ou, ainda, se tornaram apenas de ruínas de alguma arquitetura rústica ou em cemitérios degradados, por exemplo.

A corrosão de alguns símbolos culturais desta região provocada pelo desgaste natural ou pelo desenvolvimento econômico pode comprometer a análise da sua evolução, enquanto uma área de referência para a colonização do país, como também perde um referencial de cultura para a nova geração que nasce na região ou para aqueles que migram para ela. Numa análise ampla o Estado da Bahia perde, pois se percebe que a região tem alguma afinidade com o que seja considerado como cultura baiana, que tem sua expressão máxima nas manifestações realizadas na cidade de Salvador. Assim, o Extremo Sul da Bahia segue sua trajetória cultural com perdas e ganhos, como acontece em qualquer região de qualquer estado brasileiro onde a transformação espacial se mostra necessária e irreversível. Desta forma, a análise cultural tem maior relevância nos municípios do que na totalidade da região, pois sendo o Extremo Sul da Bahia uma região com dimensão territorial equivalente a alguns estados parece ser natural que não haja uma homogeneidade cultural; e que os símbolos das culturas passadas tenha sua preservação diferenciada de acordo com o seu estágio de urbanização.

Quanto a atividade turística, é cristalino que ela tem uma grande importância social e econômica no Extremo Sul da Bahia. No entanto, sua dinâmica deve estar inserida num contexto maior, que é o planejamento territorial de todos os municípios que podem utilizar de seus atrativos naturais e históricos como fonte de geração de emprego e renda. Não se pode haver um planejamento turístico senão existir um plano diretor ou uma legislação municipal que oriente todo o desenvolvimento do município. O que se percebeu durante a realização desta pesquisa é que nos lugares que têm vocação para o turismo, existe uma preocupação com o melhoramento do chamado *trade* (que são todas as atividades ligadas ao turismo), mas sem consonância com o restante dos vetores que compõem o cotidiano municipal. Desta forma, o planejamento para o turismo se torna mais um evento setorial e excludente.

Mas, este panorama onde cada atividade busca seu desenvolvimento de maneira individual é conseqüência de administrações públicas que não possuem equipes técnicas com formação adequada para promoverem um plano de ação onde todas as secretarias trabalhem em conjunto, e não buscam nas Instituições de Ensino Superior parcerias onde a ciência poderia contribuir efetivamente com soluções de problemas ambientais, sociais e econômicos gerados pela atividade turística. O planejamento para o turismo tem que estar incluído com as demais atividades econômicas que o município ou a região procuram desenvolver. Estas políticas setoriais sem uma amarração com o objetivo maior, que neste caso busca possibilidades de crescimento municipal ou regional, não têm trazido benefícios para as sociedades locais, ao contrário, estão criando muros entre cidadãos de um mesmo município e de uma mesma região. É necessário que o turismo no Extremo Sul da Bahia seja pensado criticamente, que respeite as características sociais e ambientais das localidades, pois enquanto ele for comandado por grandes empresas, sem a participação ética daqueles que estão à frente do desenvolvimento regional, os lugares não passaram de colônias de exploração como no início da história do país onde esta parte da Bahia conhece bem este processo.

A dinâmica atual mostra que o Extremo Sul da Bahia está longe de ser uma região unificada, tanto no sentido cultural quanto no sentido econômico. O localismo impera nas ações de cada governante municipal. São homéricas as disputas para a atração de empresas. O fato mais recente foi sobre uma fábrica de calçados, que inicialmente seria instalada no município de Eunápolis e que depois de alguns acordos políticos aliados com os objetivos do grupo empresarial, a fábrica foi instalada no município de Itamarajú. Isto provocou uma celeuma no primeiro município, tendo em vista que Eunápolis pretende ser um pólo industrial. Este tipo de desenrolar reflete que não existe um sentimento regional de desenvolvimento. Ora, o que se deveria comemorar é a permanência da fábrica na região, não importando em qual município ela se instalaria. Seria interessante também que os administradores municipais da região brigassem pela vinda de escolas federais em todos os níveis, pela construção de campus da universidade do estado. Mas, talvez uma sociedade mais intelectualizada não seja interessante numa região que, em alguns municípios, os fantasmas do coronelismo continuam a assombrar parte da sociedade.

Em escala regional o Extremo Sul da Bahia se apresenta num processo de deriva, pois se desprende da Bahia como uma placa tectônica, e internamente a região ainda é incipiente no que concerne a projetos de integração. Colocar em debate a proposição de novas delimitações internas nos mapas estaduais não é

uma tarefa fácil, pois mexe com muitos interesses políticos e econômicos, tanto para quem deseja manter suas influências numa determinada área, quanto para quem deseja experimentar o poder de governar. Mesmo, no meio acadêmico não há um consenso sobre esta questão. Talvez a busca por uma estabilidade no sistema da administração do território nacional sobreponha a uma proposta de novos mapeamentos, tendo em vista que isto criaria novas movimentações da população e dos empreendimentos, o que de certa forma abala o que parece estável. No entanto, o movimento é próprio da sociedade e da economia mundial.

Entretanto, independentemente de pertencer ao estado da Bahia ou ser integrado a um outro estado, ou ainda ser um novo estado, o Extremo Sul será sempre um território que tem a função de estabelecer uma ligação entre as regiões Sudeste e Nordeste no sentido longitudinal, através do traçado da BR 101; e também funciona como uma faixa de transição entre o litoral e Minas Gerais, um estado importante economicamente, mas carente em alguns pontos para tanto para o escoamento da sua produção, como o da sua população. Por tudo isso, o Extremo Sul da Bahia representa um território preponderante para a integração do Brasil.

ABSTRACT

After as much time of dialogues between the geógrafos, it still has space so that if it can question the dichotomy between physical geography and geography human being? Geography is only. Vestibular contest for physical geography or geography does not become human being. Accepting this premise, the geógrafo is capable to promote studies that stop other areas would be of extreme difficulty, as for example, to make an analogy between the continental drift and the politician-administrative spalling of Brazil or some Brazilian states. Recently the reporters come showing to pain decurrent human being and the economic damage of earthquakes of great magnitude or volcanic eruptions that have the capacity to produce clippings and new forms of relief where they occur. In the scope politician the decade of 1990, mainly after the fall of the wall of Berlin, represented at the same time the spalling of great countries, as the old Soviet Union, and the birth of new countries. In the Brazilian Congress since the beginning of century XXI an eddy of proposals for redivisão of the domestic territory, more necessarily in states of great territorial ratios, provokes great debates. The intersection point enters the performance of a volcano or an earthquake with the proposals politics is that both provoke movements that break up the space. Spalling this that does not have the meaning negative, but that it can be seen as an evolution of the space is for the physical force of the nature or for the desire of a society.

Key-words: Nature. Society. South Extremity of the Bahia.

Referências

- AB'SÁBER, Aziz N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR (BA). **Política de desenvolvimento para o extremo sul da Bahia**. Salvador, 1994. (Série Cadernos CAR, 3).
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba (PR). N.21, p.7-11, Novembro, 2003. p.83-108
- CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Tradução: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- CHRISTOFOLETTI, A. **A geografia física no estudo das mudanças ambiental** in: BECKER, Berta (et al.). Geografia e meio ambiente no Brasil. Sao Paulo: Hucitec, 1995. p.334-345.
- DEL GROSSI, Suely R. **De Uberabinha a Uberlândia: os caminhos da natureza. Contribuição ao estudo da geomorfologia urbana**. São Paulo: F.F.C.H./USP, 1991. (Tese de Doutorado).
- DORST, Jean. **A força do ser vivo**. Tradução: Antônio de P. Danesi. São Paulo: Melhoramentos, EDUSP, 1981.
- FEATHERSTONE, Mike. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade**. Tradução: Carlos E. M. de Moura. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- LEINZ, Viktor e AMARAL, Sérgio E. do. **Geologia Geral**. São Paulo: Editora Nacional, 1995.
- MACHADO, Gustavo B. **Tendências e contradições na formação regional do Extremo Sul da Bahia entre 1950 – 2000**. Dissertação (mestrado em economia). UFBA/BA. Salvador. 2000.
- MORAES, Antônio C. Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- PELOGGIA, Alex. **O homem e o ambiente geológico: geologia, sociedade e ocupação urbana no Município de São Paulo**. São Paulo: Xamã, 1998.
- ROSS, Jurandyr L.S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 1997.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, Sylvio B. M. **Formação de uma região dinâmica: o exemplo do Extremo Sul da Bahia**. in: BENEDICTO, J.L.L. e SPINOLA, N.D. (coord.) Desarrollo Regional. Barcelona (Espanha): Xarxa Temàtica MEDAMERICA, 2001.
- SPOSITO, Maria E. Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1994.

Publicado, em 22 de agosto de 2010, na www.revistapindorama.ifba.edu.br